

DISCIPLINA DE MERCADO

2018

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

**Parte VIII do Regulamento nº 575/2013 do Parlamento Europeu
e do Conselho de 26 de Junho de 2013**

ÍNDICE

1.	NOTA INTRODUTÓRIA	3
2.	DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE	4
3.	ÂMBITO DE APLICAÇÃO DE POLITICAS DE GESTÃO DE RISCO	5
4.	SISTEMA DE GOVERNO.....	12
5.	ÂMBITO DE APLICAÇÃO.....	14
6.	FUNDOS PRÓPRIOS	16
7.	REQUISITOS DOS FUNDOS PRÓPRIOS	17
8.	POSIÇÕES EM RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE	18
9.	RESERVAS PRUDENCIAIS DE FUNDOS PRÓPRIOS.....	18
10.	INDICADORES DE IMPORTÂNCIA SISTÉMICA GLOBAL	18
11.	AJUSTAMENTOS PARA RISCO DE CRÉDITO	19
12.	RISCO OPERACIONAL.....	20
13.	POSIÇÕES EM RISCO SOBRE AÇÕES NÃO INCLUIDAS NA CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO	20
14.	EXPOSIÇÕES AO RISCO DE TAXA DE JURO SOBRE POSIÇÕES NÃO INCLUIDAS NA CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO	21
15.	RISCO ASSOCIADO A POSIÇÕES DE TITULARIZAÇÃO.....	21
16.	POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO.....	21

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O presente documento, designado de “Disciplina de Mercado 2018”, pretende complementar as Demonstrações Financeiras anuais, divulgando as principais políticas sobre a gestão do risco e facultado informação mais detalhada sobre a solvabilidade e a exposição ao risco da Caixa Económica do Porto (CEP) - Caixa anexa, tendo subjacente uma ótica predominantemente prudencial com referência a 31 de Dezembro de 2018.

Os critérios técnicos em matéria de transparência e divulgação de informações, que presidem à elaboração do presente documento, são estabelecidos pelo Regulamento (UE) nº 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho (Regulamento nº 575/2013).

O conteúdo deste documento resulta da transição do Aviso 7/2010 e a Parte VIII do Regulamento nº 575/2013, relativo à divulgação de informações por parte das instituições.

As principais divulgações sobre a atividade e acontecimentos da Instituição poderão ser encontrados na sua página de internet: www.ceporto.pt, destacando-se a informação disponibilizada no separador “PUBLICAÇÕES”.

A CEP efetua o seu reporte em base individual, pelo que não foram consideradas matérias relacionadas com consolidação na elaboração do presente documento.

2. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

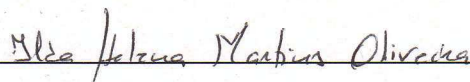
No que respeita à informação apresentada do documento “Disciplina de Mercado” a Direção, Órgão de Administração da CEP, declara par os devidos efeitos que:

- a) Certifica que foram desenvolvidos todos os procedimentos considerados necessários e que, toda a informação divulgada é verdadeira e fidedigna;
- b) Assegura a qualidade de toda a informação divulgada;
- c) Compromete-se a divulgar, tempestivamente, quaisquer alterações significativas que ocorram no decorrer do período subsequente àquele a que o documento “Disciplina de Mercado” se refere.

Informa-se que entre o termo do período de 2018 e a data a que respeita o presente documento não ocorreram quaisquer eventos dignos de relevância.

A DIREÇÃO,

Ilda Helena Martins Oliveira



Fernando Ulisses Pereira Machado



3. ÂMBITO DE APLICAÇÃO DE POLITICAS DE GESTÃO DE RISCO

3.1. Âmbito de Aplicação:

As instituições de crédito (IC) devem dispor de estratégias e processos sólidos, eficazes e completos para avaliar e manter, numa base permanente, os montantes, tipos e distribuição de capital interno que consideram adequados para cobrir a natureza e o nível dos riscos a que estejam ou possam vir a estar expostas, atendendo à natureza, nível e complexidade das atividades desenvolvidas.

O enquadramento regulamentar decorrente da Diretiva 2013/ 36/ EU e do Regulamento n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho (CRD IV e CRR), veio reforçar os requisitos prudenciais aplicáveis às instituições de crédito e prever um conjunto adicional de medidas relacionadas com a constituição de reservas de fundos próprios, para acautelar riscos de natureza macroprudencial. Neste sentido, a CEP fortaleceu os seus processos por forma a avaliar o nível de capital considerado adequado à cobertura dos diferentes riscos e dispor de estratégias para o seu reforço.

A Caixa Económica do Porto - Caixa anexa à A Beneficência Familiar (ABF) é uma Instituição de crédito, cujos estatutos foram aprovados no Alvará Régio de 24 de agosto de 1905. No dia 09 de junho de 2016 procedeu-se à alteração dos Estatutos da Caixa Económica do Porto em conformidade com o Regime Jurídico das Caixas Económicas aprovado pelo Decreto-Lei 190/2015 de 10 de setembro, bem como com a demais legislação aplicável, nomeadamente o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), o Decreto-Lei nº 190/2015 de 10 de setembro e da sua portaria nº 362/2015 de 15 de outubro tendo sido revogado o Decreto-lei nº 136/79 de 18 de maio.

A CEP tem por objeto o exercício da atividade bancária nos termos do Regime Jurídico das Caixas Económicas, adotando a modalidade de caixa económica anexa.

A CEP tem como principal eixo de desenvolvimento e de diferenciação estratégica a prestação de serviços caracterizados pela excelência para as necessidades de associados/clientes. No plano do funcionamento interno da Instituição, foi implementada, ao longo de mais de uma década, uma filosofia de rigor, assente em sólidos princípios de integridade e transparência, e na inteira disponibilidade para a prestação de um serviço de qualidade aos associados e/ou clientes.

A atividade da Instituição é exercida com total autonomia financeira, dependendo de si própria para a prática da atividade que desenvolve na área da concessão de crédito por empréstimos sobre penhores e na captação de depósitos à Ordem e a Prazo

A CEP tem representado para os seus associados/clientes e/ou associados da ABF, o mealheiro onde podem depositar em segurança as suas poupanças.

Presentemente, a Caixa Económica do Porto exerce a sua atividade na região do Grande Porto, Área Metropolitana, possuindo apenas um balcão sediado nas Instalações da instituição à qual está anexa.

3.2. Estratégias e processos de gestão de risco:

A Direção da CEP é responsável pela definição dos objetivos da atividade e das políticas estratégicas de risco seguidas pela Instituição de acordo com alterações ao nível da estratégia de negócio que pretende sólidas para o sucesso da atividade que exerce.

A Direção garante que a Instituição dispõe de sistemas adequados para a gestão e controle dos diferentes riscos, suficientes em ação para mitigar o risco, e para aumentar a probabilidade de encontrar se de facto ocorrer.

A Instituição reconhece a importância das práticas de gestão de risco para o sucesso do seu negócio e consequentemente o objetivo global do processo de gestão de risco é estabelecer um sistema que tenha capacidade de gerir, controlar e mitigar de uma forma efetiva os riscos.

Identificação e Avaliação do Risco Geral

A Gestão de risco visa identificar, avaliar, acompanhar e reportar todos os riscos materialmente relevantes a que a Instituição se encontra sujeita, tanto interna como externamente, de modo a que os mesmos se mantenham dentro dos limites estabelecidos pela Direção e dessa forma, não afetem materialmente a situação financeira.

Todavia, a formação não pode ser separada da prevenção. Porém, a repressão de comportamentos não éticos, na prática, é muito difícil e muitas das vezes ineficazes. O ideal é apostar seriamente na prevenção desses desvios comportamentais.

A Instituição dispõe de um processo de auto avaliação da adequação do capital interno, com vista a garantir que os riscos são avaliados e que o capital interno é adequado ao perfil de risco.

Identificação dos riscos

Risco de crédito






O risco de crédito, o qual deriva não só da possibilidade de uma contraparte entrar em incumprimento como da variação do valor económico de um determinado instrumento devido à degradação da qualidade de crédito, constitui um dos riscos mais importantes na atividade Bancária. Nesse sentido, o risco de crédito encontra-se associado às perdas ou ao grau de incerteza, quanto aos retornos esperados, por incapacidade do tomador do empréstimo ou da contraparte de um contrato em cumprir as suas obrigações.

No âmbito do risco de crédito, o apuramento dos requisitos de capital tem por base o Método Padrão previstas nos Capítulos 1,2 e 4 do Título II da Parte III do Regulamento (UE) nº 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, sendo as principais exposições de risco baixo ou muito baixo, uma vez que tem como contraparte a concessão de crédito sobre penhor com garantia real – objetos em ouro e/ou pedras preciosas – e aplicações financeiras constituídas por depósitos a prazo e à ordem em instituições de crédito nacionais, situações que estão cobertas pelos Fundos Próprios.

Paralelamente, a instituição procura adaptar a sua estrutura organizativa, visando uma adequada segregação de funções, enquanto mitigadora de risco.

O risco na atividade praticada pela CEP é considerado baixo, pelos procedimentos de cálculo que são praticados, que têm sempre em vista o valor base do objeto face aos valores de compra correntes. A gestão do risco operacional consiste no controlo permanente efetuado pela Direção que, no âmbito das suas atribuições, passa pela identificação, avaliação, acompanhamento e medição dos riscos pela adequação do controle existente.

De um modo sucinto, os objetivos primordiais da gestão de risco são:

-  A identificação dos riscos;
-  A sua avaliação qualitativa e quantitativa;
-  A determinação dos planos de ação de gestão de risco reconhecidos;
-  Definição de políticas de risco consideradas a garantir a estabilidade;
-  Cumprimento da legalidade, em todas as vertentes.

O objetivo de desenvolver processos de gestão de risco é permitir à CEP atingir com sucesso a sua missão, através de um controlo adequado dos riscos inerentes à sua atividade.

Risco de mercado

O risco de mercado apresenta genericamente como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteiras de ativos de negociação e disponíveis para venda, resultado de flutuações em cotações de ações, taxas de juro e taxas de câmbio e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando, quer as correlações existentes entre eles, quer as respetivas volatilidades.

Risco de taxa de juro

O acompanhamento da exposição às variações das taxas de juro constitui um dos principais aspetos de uma gestão de risco adequada. O risco da taxa de juro pode ser interpretado de dois modos diferentes mas complementares, como o efeito sobre a margem financeira ou como o efeito sobre o valor do capital, decorrente de movimentos nas taxas de juro que afetam a carteira bancária da instituição. Este risco não se aplica no âmbito da atividade da CEP.

Risco de taxa de câmbio

O risco cambial é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de câmbio, provocados por alterações no preço de instrumentos em moeda estrangeira. Este risco não se aplica no âmbito da atividade da CEP.

Risco operacional

O risco operacional relaciona-se com a perda resultante da inadequação ou deficiência de procedimentos, do pessoal, dos sistemas internos ou de eventos externos, incluindo risco de natureza legal, conforme o Regulamento 575/2013/UE.

A gestão de risco operacional tem sido sempre uma preocupação da CEP, o qual tem desenvolvido uma política de elaboração de manuais operativos e de responsabilização dos diretores pelo cumprimento das normas e procedimentos definidos, tendo como objetivo a mitigação deste tipo de risco.

A CEP calcula os requisitos de fundos próprios para risco operacional de acordo com as disposições relativas ao Método do Indicador Básico previstas no Capítulo 2 do Título III da Parte III do Regulamento (UE) nº 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013. A gestão do risco operacional consiste no controlo mensal efetuado pela Direção que no âmbito das suas atribuições passa pela identificação, avaliação, acompanhamento e medição dos riscos pela adequação do controle existente.

A atividade exercida pela CEP, no que concerne às operações ativas e passivas, pela sua reduzida dimensão, não colocam em causa o rácio de solvabilidade da instituição.

Risco de sistemas informáticos

A Direção da CEP realizou uma análise de risco que identificasse as vulnerabilidades e ameaças dos sistemas informáticos e implementou um conjunto de medidas que visam a proteção do sistema contra ameaças que afetem a integridade, confidencialidade e disponibilidade da informação processada.

Algumas das medidas implementadas são revistas e testadas como:

- ✚ Política de elaboração de cópias de segurança que devem ser guardadas em local seguro;
- ✚ Instalar e manter atualizados os programas de “antivírus” e “firewall”;
- ✚ Manter em funcionamento uma política rígida e certificada de segurança;
- ✚ Controlo de acesso;
- ✚ Segregação de tarefas.

Risco de sistemas de informação

A Informação é hoje um dos principais ativos das organizações e as tecnologias desempenham um papel fundamental no seu ciclo de vida. Estes recursos representam desafios cada vez mais complexos de gerir decorrentes de fatores tão diversos como sendo a globalização dos serviços, crescente aparecimento de novas leis e regulamentos, ameaças à confidencialidade, integridade e disponibilidade.

Risco Estratégico

O risco de estratégia é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos na rentabilidade e/ou solvabilidade da Instituição, decorrentes de decisões estratégicas inadequadas, de deficiente implementação das decisões tomadas, da incapacidade de resposta a fatores externos, bem como de eventuais condicionantes internas no contexto do desempenho da Instituição.

Risco de *Compliance*

O risco de *Compliance* é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de violações ou da não conformidade relativamente a leis, regulamentos, determinações específicas, contratos, regras de conduta e de relacionamento com clientes, práticas instituídas ou princípios éticos, que se materializem em sanções de carácter legal na impossibilidade de exigir o cumprimento de obrigações contratuais. O *Compliance* tem por missão assegurar que a Direção, as estruturas funcionais e todos os colaboradores cumpram a legislação, regras e normativos (internos e externos) que pautam a atividade da instituição, de forma a evitar o risco de a Instituição incorrer em sanções de carácter legal ou regulamentar e em prejuízos financeiros ou de ordem reputacional, decorrente do incumprimento das leis, códigos de conduta e regras de "boas práticas" negociais e deveres a que se encontram sujeita.

Face à dimensão e ao meio/mercado em que se encontra inserida, a CEP não está sujeita à exposição mediática como outras instituições de crédito sendo este risco analisado sobretudo na vertente relação Instituição/associados e stakeholders.

Risco de Liquidez

O controlo de risco de liquidez procura assegurar que a Instituição disponha de fundos líquidos para fazer face, a cada momento, às suas obrigações de pagamento. A concentração no risco de liquidez reflete a incapacidade da Instituição em cumprir as suas obrigações no momento do respetivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus ativos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

A avaliação do risco de liquidez baseia-se no cálculo e análise de alguns indicadores regulamentares definidos pelas autoridades de supervisão, assim como em outras métricas internas para as quais se encontram definidos igualmente limites de exposição.

Nesta matéria, importa ressaltar também a relevância do plano de recuperação e ILAAP, em que são abordadas as medidas suscetíveis de serem adotadas em cenários de desequilíbrios de liquidez. Para o efeito foram ponderados cenários de adversidade para a atividade da instituição, analisados os seus impactos e estabelecidas medidas de correção que permitam a recuperação dos níveis de liquidez adequados.

As aplicações financeiras estão constituídas em depósitos à ordem e a prazo, em instituições nacionais, por critérios de obtenção taxa de rendimento, sendo exercido um frequente controlo dessas aplicações junto das respetivas Instituições. A CEP tem vindo a efetuar investimentos em obrigações do tesouro do Estado Português, com o intuito de diversificar e obter a melhor taxa de rendimento. A Direção decidiu adquirir obrigações de tesouro de rendimento variável (“OTRV agosto 2022”, “OTRV dezembro 2022”, “OTRV abril 2034” e “OTRV junho 2034”).

Apesar das notações de risco que estão atribuídas a Portugal continuarem a ser baixas, consideramos ser um investimento prudente e com boa rentabilidade. O investimento tem sido efetuado numa ótica de gerar mais-valias imediatas, e não para deter até à maturidade, e os rendimentos obtidos têm sido relevantes nos resultados da CEP.

4. SISTEMA DE GOVERNO

a) O número de cargos exercidos pelos membros do órgão de administração;

Os dois membros executivos do órgão de administração, no atual mandato, exercem exclusivamente na CEP.

b) A política de recrutamento dos membros do órgão de administração e fiscalização e os respetivos conhecimentos, capacidades e competências técnicas efetivas;

A Política de Seleção e Avaliação dos membros do órgão de administração e fiscalização foi aprovada em Assembleia Geral da CEP que se realizou no dia 29 de março de 2017, dando cumprimento ao disposto no Decreto-Lei nº 157/2014, de 24 de Outubro.

Processos de candidatura e seleção

1. Os MOAF são eleitos pela Assembleia Geral da CEP (AG), composta pelos associados com direito de voto da mutualidade a que a CEP está anexa e que lhe são comuns, mediante proposta apresentada de acordo com os Estatutos e acompanhada do parecer da Comissão de Avaliação e Seleção.

2. A AG deve apreciar os resultados da Avaliação ou Reavaliação dos MOAF, para efeitos de apresentação do requerimento de autorização do exercício de funções, dirigido ao BdP.

3. As pessoas referidas no número 1 remetem, à Comissão de Avaliação e Seleção as seguintes informações:

- Dados pessoais e *curriculum vitae*, contendo, pelo menos, as referências aos elementos exigidos pela legislação e regulamentação em vigor;
- Declaração de disponibilidade para o exercício de funções essenciais ou para a assunção de cargos em órgãos sociais, assinada pelo candidato ou proponente;
- Certificado de registo criminal;
- Eventuais referências abonatórias escritas, de carácter pessoal e profissional, por parte dos proponentes e/ou de terceiros devidamente identificados, nomeadamente entidades empregadoras ou contratantes e colegas ou colaboradores, sobre a índole, aptidões, experiência, capacidade e competências dos candidatos em causa e de quaisquer aspetos que permitam a sua aferição;
- Autoavaliação do candidato para o exercício das funções, nos termos em cada momento definidos pela CEP.

4. As propostas ou candidaturas recebidas nos termos referidos no número anterior ficam integradas numa base de dados acessível ao órgão de administração e ao Presidente da Mesa da AG.

c) A política de diversificação em relação à seleção dos membros do órgão de administração e fiscalização, os seus objetivos e todas as metas relevantes estabelecidas no âmbito dessa política, bem como a medida em que esses objetivos e metas foram atingidos;

A avaliação dos membros do órgão de administração e fiscalização da CEP é feita de acordo com os critérios de adequação previstos na Lei e na Regulamentação aplicáveis, sendo esta efetuada tanto em base individual, isto é, relativamente a cada um dos membros, singularmente considerado, quanto em base coletiva, ou seja, relativamente ao órgão, colegialmente considerado. A avaliação da adequação dos MOAF é da responsabilidade da Comissão de Seleção e Avaliação dos Órgãos de Administração, Fiscalização.

Nos termos do artigo 31.º do RGICSF, a CSA avalia as qualificações profissionais das pessoas identificadas no artigo 2.º da presente política, por forma a assegurar que demonstram as aptidões, habilitações e competências teóricas e práticas para o exercício das suas funções, nomeadamente, no que se refere à compreensão e gestão dos riscos de uma instituição de crédito, ao planeamento estratégico da CEP, aos requisitos legais e regulamentares a que está sujeita a atividade e ao controlo e avaliação dos mecanismos de controlo.

d) Se a instituição constituiu ou não uma comissão de risco autónoma e a frequência com que a mesma se reuniu;

Não existe uma comissão de risco autónoma, tendo em conta a dimensão, organização, natureza, âmbito e complexidade das atividades exercidas pela Instituição.

e) A descrição do fluxo de informações sobre risco para o órgão de administração.

A CEP tem uma estrutura de dimensão reduzida, pelo que não dispõe de Departamentos de Auditoria Interna e Compliance, cabendo à Direção o papel de supervisão da instituição, contando também com o apoio do Conselho Fiscal e do Auditor Externo. Estão implementadas as medidas de controlo interno que consideramos mais relevantes e necessárias para a CEP. A continuidade das operações é naturalmente o objetivo máximo, cumprindo permanentemente com os principais rácios, nomeadamente de solvabilidade.

5. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

a) A designação da instituição à qual se aplicam os requisitos previstos no presente regulamento;

A Caixa Económica do Porto – Caixa anexa, A Beneficência Familiar (ABF) é uma Instituição de crédito, cujos estatutos foram aprovados no Alvará Régio de 24 de agosto de 1905.

No dia 09 de junho de 2016 procedeu-se à alteração dos Estatutos da Caixa Económica do Porto em conformidade com o Regime Jurídico das Caixas Económicas aprovado pelo Decreto-Lei 190/2015 de 10 de setembro, bem como com a demais legislação aplicável, nomeadamente o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), tendo sido revogado o Decreto-lei nº 136/79 de 18 de maio. A CEP tem por objeto o exercício da atividade bancária nos termos do Regime Jurídico das Caixas Económicas, adotando a modalidade de caixa económica anexa.

O Banco de Portugal, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 17º da sua Lei Orgânica, aprovada pela Lei nº 5/98, de 31 de janeiro, pelo nº 1 do artigo 96º, pelo nº 1 do artigo 99º, ambos do Regime Geral das Instituições de Crédito e sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, e ainda pelos n.ºs 1 e 2 do artigo 20º do Decreto-Lei nº 157/2014, de 24 de outubro, determinou o aviso nº 4/2016 que estabelece os requisitos prudenciais às caixas económicas anexas.

Presentemente, a Caixa Económica do Porto exerce a sua atividade na região do Grande Porto, Área Metropolitana, possuindo apenas um balcão sediado nas Instalações da instituição à qual está anexa.

b) A especificação das diferenças ao nível da base de consolidação para efeitos contabilísticos e prudenciais, incluindo uma descrição sintética das entidades abrangidas em cada âmbito, indicando se as mesmas são:

A Caixa Económica do Porto- Caixa anexa (CEP) é uma instituição de crédito que, no âmbito da sua atividade, pratica empréstimos sobre penhores, com garantia real de objetos em ouro e pedras preciosas. Atua na captação de depósitos à ordem e a prazo, de pequena poupança.

O Banco de Portugal, no uso da competência que lhe é conferida pelo nº 1 do artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, e pelo artigo 5º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, determinou que devem ser elaboradas as demonstrações financeiras em base individual de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), tal como adotadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia e respeitando a estrutura conceptual para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que enquadra aquelas normas.

AS IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Assim, no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho e do Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2015, de 7 de dezembro, as demonstrações financeiras da CEP são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

c) Quaisquer impedimentos significativos, de direito ou de facto, atuais ou previsíveis, a uma transferência tempestiva de fundos próprios ou ao pronto reembolso de passivos entre a empresa-mãe e as suas filiais;

N/A.

d) O montante agregado pelo qual os fundos próprios efetivos são inferiores aos requeridos em todas as filiais não incluídas na consolidação, e a designação dessas filiais;

N/A.

e) Se for caso disso, as circunstâncias necessárias para se aplicar o disposto nos artigos 7º e 9º.

N/A.

6. FUNDOS PRÓPRIOS

Mapa Fundos Próprios

O valor dos Fundos Próprios da CEP em 31 de dezembro de 2018 é de 1.803.637 euros, apresentando a seguinte composição:

	Montante
FUNDOS PRÓPRIOS	1.803.637
FUNDOS PRÓPRIOS DE NÍVEL 1	1.803.637
FUNDOS PRÓPRIOS PRINCIPAIS DE NÍVEL 1	1.803.637
Instrumentos de fundos próprios elegíveis como FPP1	1.000.000
Resultados transitados	1.000.000
Outro rendimento integral acumulado	
Lucros acumulados	50.073
Outras reservas	787.189
Fundos para riscos bancários gerais	
Ajustamentos transitórios devidos a instrumentos de FPP1 objeto de direitos adquiridos	
Interesse minoritário reconhecido nos FPP1	
Ajustamentos transitórios devidos a interesses minoritários adicionais	
Ajustamentos dos FPP1 devidos a filtros prudenciais	
(-) Goodwill	
(-) Outros ativos intangíveis	-33.625
(-) Passivos por impostos diferidos que dependem da rentabilidade futura e não decorrem de diferenças temporárias líquidos dos passivos por impostos associados	
(-) Ativos de fundos de pensões de benefício definido	
(-) Detenções recíprocas cruzadas de FPP1	
(-) Excesso de dedução de elementos dos FPA1 relativamente aos FPA1	
(-) Ativos por impostos diferidos dedutíveis que dependem da rentabilidade futura e decorrem de diferenças temporárias	
(-) Instrumentos de FPP1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo	
(-) Montante que excede o limite de 17,65 %	
Outros ajustamentos transitórios dos FPP1	
FUNDOS PRÓPRIOS ADICIONAIS DE NÍVEL 1	
Instrumentos de fundos próprios elegíveis como FPA1	
(-) Excesso de dedução de elementos dos FP2 relativamente aos FP2	
Outros ajustamentos transitórios dos FPA1	
Excesso de dedução de elementos dos FPA1 relativamente aos FPA1 (deduzido nos FPP1)	
FUNDOS PRÓPRIOS DE NÍVEL 2	
Instrumentos de fundos próprios e empréstimos subordinados elegíveis como FP2	
Ajustamentos transitórios devidos a instrumentos de FP2 e empréstimos subordinados objeto de direitos adquiridos	
Outros ajustamentos transitórios dos FP2	
Excesso de dedução de elementos dos FP2 relativamente aos FP2 (deduzido nos FPA1)	

7. REQUISITOS DOS FUNDOS PRÓPRIOS

a) Uma síntese do método utilizado pela instituição para avaliar a adequação do seu capital interno em matéria de sustentação das atividades atuais e futuras;

Adequação de capitais para efeitos de requisito de fundos próprios

Requisitos de Fundos Próprios	Montante	Requisitos
MONTANTE TOTAL DAS POSIÇÕES EM RISCO	5.812.958	496.862
MONTANTES DAS POSIÇÕES EM RISCO PONDERADAS PELO RISCO RELATIVAMENTE AO RISCO DE CRÉDITO, AO RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE E AOS RISCOS DE DILUIÇÃO E DE OPERAÇÕES INCOMPLETAS	5.778.366	462.270
Método-Padrão (SA)	5.778.366	462.270
Classes de risco SA excluindo posições de titularização	5.778.366	462.270
Administrações centrais ou bancos centrais		
Governos regionais ou autoridades locais		
Entidades do setor público		
Bancos multilaterais de desenvolvimento		
Organizações internacionais		
Instituições	4.927.11	394.170
Empresas		
Retalho	335.055	26.804
Garantidos por hipotecas sobre imóveis Posições em Risco em incumprimento	481.096	38.488
Elementos associados a riscos particularmente elevados		
Obrigações garantidas		
Créditos sobre instituições e empresas com uma avaliação de crédito de curto prazo Organismos de investimento coletivo (OIC)		
Capital próprio		
Outros elementos	35.096	2.808
Posições de titularização SA das quais: retitularização		
MONTANTE TOTAL DA EXPOSIÇÃO AO RISCO DE POSIÇÃO, CAMBIAL E DE MERCADORIAS		
Montante da exposição ao risco de posição, cambial e de mercadorias nos termos dos Métodos-Padrão (SA)		
MONTANTE TOTAL DAS POSIÇÕES EM RISCO RELACIONADAS COM O RISCO OPERACIONAL (OpR)	34.592	34.592
Método do Indicador Básico (MIB) para o OpR	34.592	34.592
MONTANTE ADICIONAL DAS POSIÇÕES EM RISCO DEVIDO A DESPESAS GERAIS FIXAS		
MONTANTE TOTAL DAS POSIÇÕES EM RISCO RELACIONADA COM O AJUSTAMENTO DA AVALIAÇÃO DE CRÉDITO		
Com base no Método da Exposição Global	0,00	0,00
MONTANTE TOTAL DAS POSIÇÕES EM RISCO RELACIONADA COM OS GRANDES RISCOS NA CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO	0,00	0,00
OUTROS MONTANTES DE POSIÇÕES EM RISCO	0,00	0,00

A CEP passou a reportar os seus requisitos de fundos próprios de acordo com o Regulamento (UE) nº 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho de 2013 em 2014.

Os requisitos de capital de toda a carteira de crédito são calculados com base no Método Padrão previstas nos Capítulos 1,2 e 4 do Título II da Parte III do Regulamento (UE) nº 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, e o risco operacional é determinado de acordo com as disposições relativas ao Método do Indicador Básico previstas no Capítulo 2 do Título III da Parte III do Regulamento (UE) nº 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013.

8. POSIÇÕES EM RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE

As instituições divulgam as seguintes informações relativas às suas posições em risco de crédito de contraparte a que se refere a Parte III, Título II, Capítulo 6:

O risco de crédito de contraparte, a que se refere o Capítulo 6, do Título II, da Parte III, decorre da incerteza quanto ao incumprimento pela contraparte de uma operação antes da liquidação final dos respetivos fluxos, em operações com instrumentos derivados, operações de recompra, contratação ou concessão de empréstimos de valores mobiliários ou de mercadorias, operações de liquidação longa e operações de concessão de empréstimos com imposição de margem.

A CEP não realiza operações com estas características.

9. RESERVAS PRUDENCIAIS DE FUNDOS PRÓPRIOS

As instituições divulgam as seguintes informações em relação ao cumprimento do requisito de constituição de uma reserva contra cíclica de fundos próprios a que se refere o Título VII, Capítulo 4, da Diretiva 2013/36/UE:

Não aplicável face à natureza geográfica da Instituição.

10. INDICADORES DE IMPORTÂNCIA SISTÉMICA GLOBAL

A CEP não apresenta indicadores de dimensão ou outros que lhe proporcionem uma classificação como uma instituição de Importância Sistémica Global, não sendo aplicável o previsto pelo artigo 441º do Regulamento Nº 575/2013.

1. As instituições identificadas como Instituições de Importância Sistémica Global (G-SII) nos termos do artigo 131º da Diretiva 2013/36/UE divulgam, anualmente, os valores dos indicadores utilizados para determinar a pontuação das instituições nos termos da metodologia de identificação a que se refere esse artigo.

N/A.

2. A EBA elabora projetos de normas técnicas de execução para especificar os formatos uniformes e as datas para efeitos das divulgações a que se refere o nº 1. Ao elaborar essas normas técnicas, a EBA tem em conta as normas internacionais.

A EBA apresenta esses projetos de normas técnicas de execução à Comissão até 1 de julho de 2014. São conferidas à Comissão competências para adotar as normas técnicas de execução a que se refere o primeiro parágrafo, nos termos do artigo 15º do Regulamento (UE) nº 1093/2010.

N/A.

11. AJUSTAMENTOS PARA RISCO DE CRÉDITO

As instituições divulgam as seguintes informações relativas às suas posições em risco de crédito e em risco de redução dos montantes a receber:

a) As definições, para efeitos contabilísticos, de crédito vencido e de crédito objeto de imparidade;

Para efeitos da afetação de uma posição em risco à classe de risco «posições em risco em situação de incumprimento», prevista na alínea j) do artigo 112º do Regulamento (EU) nº 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, considera-se que existe uma situação de incumprimento quando o devedor regista um atraso superior a 90 dias relativo a uma obrigação de crédito que exceda os €50.

12. RISCO OPERACIONAL

A CEP utiliza o método do Indicador Básico para cálculo dos requisitos de fundos próprios para risco operacional, nos termos do artigo 315º do Regulamento nº 575/2013, calculando o requisito em 15% da média a três anos do indicador relevante., tal como previsto no artigo 305º.

O indicador relevante é calculado com o somatório dos seguintes elementos:

- + Receitas de juros e proveitos equiparados
- Encargos com juros e custos equiparados
- + Receitas de ações e outros títulos de rendimento variável/fixo
- + Comissões recebidas
- Comissões pagas
- + Resultado proveniente de operações financeiras
- + Outros proveitos de exploração

13. POSIÇÕES EM RISCO SOBRE AÇÕES NÃO INCLUIDAS NA CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO

As instituições divulgam as seguintes informações relativamente às posições em risco sobre ações não incluídas na carteira de negociação:

- a) A diferenciação das posições em risco por objetivos, incluindo a obtenção de mais-valias e razões estratégicas, e uma descrição global das técnicas contabilísticas e das metodologias de avaliação utilizadas, incluindo os pressupostos fundamentais e as práticas que afetam as avaliações, assim como quaisquer alterações significativas destas práticas;
 - b) O valor de balanço, o justo valor e, relativamente às ações negociadas na bolsa, uma comparação com o preço de mercado, quando for significativamente diferente do justo valor;
 - c) Os tipos, natureza e montantes das posições em risco transacionadas em bolsa, das posições em risco sobre private equity em carteiras suficientemente diversificadas, bem como outras posições em risco;
 - d) O valor acumulado dos ganhos ou perdas realizados decorrentes das vendas e liquidações verificadas no período; e
 - e) O montante total dos ganhos ou perdas não realizados, o montante total de ganhos ou perdas latentes associados a reavaliações e quaisquer destes montantes incluídos nos fundos próprios de base ou nos fundos próprios complementares;
- N/A.

14. EXPOSIÇÕES AO RISCO DE TAXA DE JURO SOBRE POSIÇÕES NÃO INCLUIDAS NA CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO

As instituições divulgam as seguintes informações sobre as suas exposições ao risco de taxa de juro para as posições não incluídas na carteira de negociação:

- a) A natureza do risco de taxa de juro e os pressupostos fundamentais (incluindo os pressupostos relativos aos adiantamentos de empréstimos e a evolução dos depósitos sem prazo de vencimento) e a frequência da medição do risco de taxa de juro;
- b) A variação nos ganhos, no valor económico ou noutra medida relevante utilizada pela gestão para avaliar o efeito de choques de aumento ou de redução das taxas, de acordo o método utilizado pela gestão para medir o risco de taxa de juro, repartido por moeda.

Não se aplica à CEP visto não dispor de carteira de negociação.

15. RISCO ASSOCIADO A POSIÇÕES DE TITULARIZAÇÃO

As instituições que calculam os montantes das posições ponderadas pelo risco nos termos da Parte III, Título II, Capítulo 5, ou os requisitos de fundos próprios nos termos dos artigos 337º ou 338º, divulgam as seguintes informações, se for caso disso, separadamente para os elementos da sua carteira de negociação e extra carteira de negociação

Não se aplica à CEP, visto esta Instituição não efetuar operações de titularização.

16. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

1. As instituições divulgam pelo menos as informações a seguir indicadas relativamente às respetivas políticas e práticas de remuneração aplicáveis às categorias de pessoal cujas atividades profissionais tenham um impacto significativo no respetivo perfil de risco:

- a) Informações relativas ao processo de tomada de decisão utilizado na definição da política de remuneração, bem como o número de reuniões realizadas pelo órgão principal que controla a remuneração durante o período, incluindo, se for caso disso, informações acerca do mandato e da composição do comité de remuneração, os nomes dos consultores externos cujos serviços foram utilizados para determinar a política de remuneração e o papel das partes interessadas relevantes;

Nos termos da lei a remuneração dos titulares dos órgãos sociais da CEP só pode ser deliberada pela Assembleia Geral, não sendo exequível nem apropriada a existência de uma comissão de remunerações face à pequena dimensão.

Assim, a política de remuneração, quanto aos órgãos de administração, é aprovada pela Assembleia Geral, e a dos restantes colaboradores é aprovada pela Direção.

Sem prejuízo do disposto no artigo 14º do Aviso nº 10/2011, cabe exclusivamente à Assembleia Geral a aprovação e avaliação da política de remuneração dos seus órgãos sociais.

b) Informações sobre a relação entre a remuneração e o desempenho;

N/A.

c) As características estruturais mais importantes do sistema de remuneração, nomeadamente informações sobre os critérios utilizados na avaliação do desempenho e no ajustamento ao risco, a política de diferimento e os critérios de aquisição;

N/A.

d) Os rácios entre remunerações fixas e variáveis estabelecidos nos termos do artigo 94º, nº 1, alínea g), da Diretiva 2013/36/UE;

Não é considerada a atribuição de qualquer remuneração variável aos membros dos órgãos de administração e fiscalização.

e) Informações sobre os critérios de desempenho nos quais se baseiam os direitos a ações, opções ou as componentes variáveis da remuneração;

N/A.

f) Os principais parâmetros e fundamentos dos sistemas de prémios anuais e dos outros benefícios não pecuniários;

N/A.

g) Dados quantitativos agregados sobre as remunerações, discriminados pela direção de topo e pelos membros do pessoal cujas ações tenham um impacto significativo no perfil de risco da instituição, indicando o seguinte:

i) montantes de remuneração do período financeiro, divididos entre remunerações fixas e variáveis e o número de beneficiários,

Não é considerada a atribuição de qualquer remuneração variável aos membros dos órgãos de administração e fiscalização.

As remunerações dos órgãos de gestão são as seguintes:

	Base/mensal	Diuturnidade/mensal	S.Alim/dia
Ilda Helena Martins Oliveira	2.150 €	42 €	4 €
Fernando Ulisses Pereira Machado	2.150 €	42 €	4 €

Os encargos sociais obrigatórios referem-se às contribuições à Segurança Social, ao Fundo de garantia de compensação do trabalho e o seguro de acidente de trabalho.

A remuneração do Conselho Fiscal, tendo em atenção a natureza da função deste órgão, consiste numa contrapartida de montante fixo por presença, sem quaisquer acréscimos ou outras prestações.

Todos os empréstimos realizados são auditados por um Avaliador registado na Imprensa Nacional - Casa da Moeda, na qual é pago uma avença mensal, no sentido de avaliar se as operações propostas e os seus elementos são suscetíveis de estar relacionados com atividades ilícitas.

Em regime de subcontratação, A Caixa Económica do Porto – Caixa anexa, tem um contrato com a empresa Oliveira Reis & Associados, Sroc, Lda. que tem a competência exclusiva de proceder à revisão legal das contas, à auditoria das contas. A remuneração do Revisor Oficial de Contas é estabelecida com base nas práticas de mercado e definida no âmbito do contrato de prestação de serviços de revisão de contas.

ii) montantes e formas de remuneração variável, repartidos em remuneração pecuniária, ações, instrumentos indexados a ações e outras formas de remuneração,

Não existem remunerações variáveis, instrumentos indexados e outras formas de remuneração, contudo foram disponibilizadas formações em diversas áreas.

A CEP incentiva à atualização de formações em diferentes áreas, assim, uma das colaboradoras realizou uma formação em recursos humanos e outra colaboradora encontra-se a frequentar um curso em MBA de Gestão.

iii) montantes de remuneração diferida por pagar, repartidos entre direitos adquiridos e não adquiridos,

O montante da remuneração devida resulta do desempenho individual das colaboradoras que será pago em 2019.

iv) montantes de remuneração diferida concedidos durante o período financeiro, pagos e objeto de reduções resultantes de ajustamentos em função do desempenho,

N/A.

v) novos subsídios por contratação e indemnizações por cessação de funções pagos durante o período financeiro, e número de beneficiários desses pagamentos,

N/A.

vi) montantes das indemnizações por cessação de funções concedidas durante o período financeiro, número de beneficiários e montante mais elevado pago a um só beneficiário.

N/A.

i) O número de indivíduos com remuneração igual ou superior a 1 milhão de EUR por período financeiro, repartido por escalões de remuneração de 500 000 EUR para as remunerações entre 1 milhão e 5 milhões de EUR, e repartido por escalões de remuneração de 1 milhão de EUR para as remunerações iguais ou superiores a 5 milhões de EUR.;

N/A.

j) A pedido do Estado-Membro ou da autoridade competente, a remuneração total de cada um dos membros do órgão de administração ou da direção de topo.

N/A.

2. No caso de instituições que sejam importantes, em termos de dimensão, organização interna e natureza, alcance e complexidade das respetivas atividades, as informações quantitativas a que se refere o presente artigo são também disponibilizadas ao público no que se refere ao nível hierárquico dos membros órgão de administração da instituição

As instituições cumprem os requisitos estabelecidos no presente artigo de forma adequada à sua dimensão e organização interna, bem como à natureza, âmbito e complexidade das suas atividades e sem prejuízo da Diretiva 95/46/CE.

N/A.

**ADENDA AO RELATÓRIO DISCIPLINA DE MERCADO
2018**

-

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

**Artigo 442.º do Regulamento nº 575/2013 do Parlamento
Europeu e do Conselho de 26 de junho de 2013**

Divulgação prevista no artigo 442.º do Regulamento n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho de 2013

O requisito estabelecido no artigo 442.º, relativo às posições em risco de crédito e em risco de redução dos montantes a receber, encontra-se como “não adequado” pelos seguintes motivos:

- a) Não foram definidos os créditos em mora e em imparidade, e as diferenças entre crédito moroso e em incumprimento para efeitos regulamentares e contabilísticos;
- b) Não foi realizada uma descrição da sua abordagem na determinação de ajustamentos específicos ou genéricos sobre a sua carteira;
- c) Não foram mencionados os montantes e qualidade do crédito *performing*, *non-performing*, reestruturado tanto para crédito como para obrigações incluindo o *stock* de imparidade, provisões ou ajustamentos de justo valor por risco de crédito, valores de colateral e garantias financeiras recebidas;
- d) Não foi realizado uma análise da distribuição da morosidade por idade do atraso;
- e) Não foi elaborado uma exposição bruta em cumprimento e em incumprimento, os valores acumulados de ajustamentos genéricos e específicos, e de write-offs.

A DIREÇÃO,

Ilda Helena Martins Oliveira



Fernando Ulisses Pereira Machado

